

**FEAC - Federação das Entidades
Assistenciais de Campinas - Fundação
"Odila e Lafayette Álvaro"**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho Curador da
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas -
Fundação "Odila e Lafayette Álvaro"

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 1º de abril de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	607	1.185	Fornecedores		204	104
Aplicações financeiras	3	86.049	73.542	Salários e encargos sociais a pagar		349	554
Aluguéis a receber	4	4.496	3.624	Adiantamento de aluguéis		-	500
Outras contas a receber		141	319	Contrato de mútuo - expansão IESC	8	9.120	9.120
Total do circulante		<u>91.293</u>	<u>78.670</u>	Outras obrigações		347	353
				Total do circulante		<u>10.020</u>	<u>10.631</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	3	-	4.858	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	14	229	229
Impostos a compensar		40	-	Contrato de mútuo - expansão IESC	8	29.280	35.960
Depósitos judiciais		34	49	Total do não circulante		<u>29.509</u>	<u>36.189</u>
Adiantamentos a entidades		13	38				
Propriedades para investimentos	5	122.026	124.303	PATRIMÔNIO SOCIAL	11		
Imobilizado	6	1.462	1.366	Patrimônio social		77.500	77.500
Intangível		70	80	Reserva de patrimônio		85.044	62.949
Total do não circulante		<u>123.645</u>	<u>130.694</u>	Superávit acumulado		12.871	22.095
				Total do patrimônio social		175.415	162.544
TOTAL DO ATIVO		<u>214.938</u>	<u>209.364</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>214.938</u>	<u>209.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS			
RECEITAS DA FUNDAÇÃO			
Aluguéis	4	38.101	34.632
Receitas financeiras		5.377	7.454
Receita da Vila Brandina		589	588
Outros		22	328
TOTAL DAS RECEITAS DA FUNDAÇÃO		44.089	43.002
RECEITAS DA COMUNIDADE			
Patrocínios e parcerias		170	52
Programas e projetos		-	120
Donativo FEAC		1	-
Serviços voluntários		280	249
TOTAL DAS RECEITAS DA COMUNIDADE		451	421
RECEITAS PATRIMONIAIS			
Venda de propriedades para investimentos		-	26.092
IESC Participação Investimento	7	124	204
RECEITAS PATRIMONIAIS		124	26.296
BENEFÍCIOS FISCAIS			
Cota patronal	9	1.568	1.648
PIS sobre folha	9	57	71
RECEITAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS		1.625	1.719
TOTAL DAS RECEITAS		46.289	71.438
DESPESAS			
ASSESSORAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO			
Programa de qualificação da gestão de OSCs		(3.669)	(10.209)
TOTAL DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO	12	(3.669)	(10.209)
PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS			
Programas de assistência social	12	(14.495)	(11.136)
TOTAL DE SOCIOEDUCATIVOS		(14.495)	(11.136)
TOTAL DE RECURSOS EMPREGADOS NA GRATUIDADE		(18.164)	(21.345)
PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO FEAC			
Programas de educação		(5.048)	(1.503)
Prêmio FEAC de jornalismo		(103)	(208)
Doações para entidades		(26)	(42)
TOTAL DE PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO		(5.177)	(1.753)
DESPESAS PATRIMONIAIS			
Despesas patrimoniais	13	(7.197)	(6.357)
Custo da venda de propriedade para investimentos	13	-	(12.980)
Cota patronal		(274)	(66)
PIS sobre folha		(10)	(3)
Despesas financeiras	13	(2.596)	(6.839)
TOTAL DAS DESPESAS PATRIMONIAIS		(10.077)	(26.245)
TOTAL DAS DESPESAS		(33.418)	(49.343)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		12.871	22.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS
DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	12.871	22.095
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>12.871</u>	<u>22.095</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de patrimônio</u>	<u>Superávit acumulado operacional</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		77.500	57.669	5.280	140.449
Superávit do exercício		-	-	22.095	22.095
Transferência para o patrimônio social	11	-	5.280	(5.280)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>77.500</u>	<u>62.949</u>	<u>22.095</u>	<u>162.544</u>
Superávit do exercício		-	-	12.871	12.871
Transferência para o patrimônio social	11	-	22.095	(22.095)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>77.500</u>	<u>85.044</u>	<u>12.871</u>	<u>175.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		12.871	22.095
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação		3.374	3.396
(Ganho) perda nas alienações de propriedade para investimentos e imobilizado	5 e 6	-	(12.841)
Juros sobre contrato de mútuo - Expansão IESC		3.173	6.840
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Aluguéis a receber		(872)	331
Outras contas a receber		138	(20)
Adiantamentos a entidades		25	251
Depósitos judiciais		15	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		100	20
Salários e encargos sociais a pagar		(205)	33
Adiantamento de aluguéis		(500)	-
Outras obrigações		<u>(6)</u>	<u>(526)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		18.113	19.579
Juros pagos sobre mútuo		<u>(1.222)</u>	<u>(259)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>16.891</u>	<u>19.320</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	(204)	(337)
Aquisição de propriedade para investimento	5	(979)	(896)
Aplicações financeiras		<u>(7.655)</u>	<u>(64.174)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(8.838)</u>	<u>(65.407)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de parcelas referentes ao contrato de mútuo - expansão IESC		<u>(8.631)</u>	<u>(8.989)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(8.631)</u>	<u>(8.989)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(578)</u>	<u>(55.076)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.185	56.261
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		607	1.185

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE
CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO DAS OPERAÇÕES E DE ATUAÇÃO

Constituída juridicamente como fundação de direito privado, sem fins econômicos, denominada Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ou, simplesmente, designada "FEAC", foi criada em 27 de abril de 1964, mediante fundos doados pelos patronos Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila de Souza Camargo.

De acordo com o artigo 4º do Estatuto Social, a FEAC tem como missão a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade à criança e ao adolescente em Campinas - incumbindo-lhe no intuito de promover o fortalecimento das entidades de interesse social que se identifica com sua missão.

É uma Fundação privada da área da Assistência Social que presta assessoramento de forma contínua, permanente, planejada e gratuita por meio da prestação de serviços e execução de programas e projetos voltados para o fortalecimento das entidades de interesse social dirigidas ao público da política da assistência social, e/ou educação, e/ou saúde, especialmente aquelas que atendem crianças e adolescentes.

Celebrar instrumentos de parceria e colaboração com entidades privadas com fins não econômicos, com atuação nas áreas de assistência social, e/ou educação e/ou saúde, do Município de Campinas, disponibilizando-lhes os assessoramentos de ordem técnica nas atividades fins, bem como de gestão administrativa e financeira para contribuir na execução das políticas públicas.

Celebrar instrumentos de colaboração específicos com empresas, escolas e órgãos de natureza pública que estipulem a forma e a natureza de apoio recíproco, desde que, voltados para assistência social, ou saúde ou educação.

Elaborar, manter, fomentar e apoiar projetos de inclusão social, iniciativas de defesa de direitos, com base nas vulnerabilidades e riscos identificados no diagnóstico sócio territorial, que visem ao desenvolvimento social, bem como projetos próprios, inclusive os de caráter educacional, cultural e de práticas esportivas, desde que orientados para a promoção humana.

Produzir e socializar estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento das entidades de promoção social e educacional, fortalecendo-as e qualificando-as para a execução dos serviços prestados.

Estimular a criação de entidades e/ou escolas e serviços de natureza social e/ou educacional que atendam ao diagnóstico das áreas de maior vulnerabilidade social.

Administrar e desenvolver seu patrimônio, visando sua sustentabilidade econômica de forma perene para o cumprimento de sua missão na área de inclusão e promoção social.

Promover ou incentivar quaisquer outras atividades, mesmo se não elencadas entre as demais anteriormente enumeradas, desde que com elas não conflitem e se ajustem aos fins essenciais da Fundação FEAC.

Parágrafo único: na consecução de sua missão, a FUNDAÇÃO FEAC observará as normas vigentes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS prestando serviços, assessorias e consultorias, todos gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação.

Nesse contexto, a FEAC vem atuando com o público a seguir:

- Organizações da sociedade civil, com atuação preponderante na Política de Assistência Social e em ações de Desenvolvimento Social.
- Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidades sociais.
- Grupos de usuários, lideranças comunitárias e movimentos sociais.
- Comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Conselhos municipais setoriais e de direitos.

Ao longo de 2018, a FEAC ofereceu assessoramento financeiro, técnico e administrativo conforme previsto na Resolução CNAS nº 27/2011, conforme descrito a seguir:

Controladoria: por meio do assessoramento técnico e administrativo na área de contabilidade, assessoria e consultoria na elaboração do orçamento, fluxo de caixa, serviços de mapeamento de processos e suporte e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação.

Assistência Social: ofereceu assessoramento técnico às organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de usuários, e executou Programas e Apoios a Projetos visando a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa, a criação de espaços para a defesa de direitos sócio assistenciais e o fortalecimento das organizações da sociedade civil como espaços de defesa de direitos e protagonismo dos usuários da política de assistência social.

Administração de Recursos Humanos: por meio do assessoramento na implantação, implementação e execução dos processos de Recursos Humanos, bem como prestação de serviços de Administração de Pessoal às entidades parceiras, a fim de instrumentalizá-las para o cumprimento da legislação e adequações técnicas.

Jurídico: por meio do assessoramento técnico às Organizações da Sociedade Civil nos assuntos pertinentes à área jurídica, recomendando práticas fundamentadas na legislação.

Arquitetura: por meio da prestação de serviços e assessoramento visando a melhoria e a otimização dos espaços físicos que são utilizados pelos usuários e colaboradores das entidades.

Comunicação: por meio da produção de conteúdo para qualificar debates, dar visibilidade a causas sociais, evidenciar o trabalho desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil e, especialmente, destacar os resultados atingidos por meio dos Programas e Projetos desenvolvidos pela FEAC e parceiros.

Diagnóstico Socioterritorial: por meio da elaboração de diagnósticos para subsidiar a FEAC nas propostas de programas e projetos, apoio e disponibilização de dados específicos para as Secretarias do Município, e contribuir com as discussões de implantação e qualificação das políticas públicas no município de Campinas.

Relacionamento, Articulação e Representação Institucional: por meios da participação no Rendas Brasil que é a união de distintas representações da sociedade civil comprometidas com a produção, difusão e implementação de conhecimentos e práticas relacionadas à Defesa de Direitos e o Assessoramento na Política Pública de Assistência Social.

Os Programas desenvolvimentos pela FEAC, estão relacionados a seguir:

- Programa de Acolhimento Afetivo: Investe no bem-estar e proteção das crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de acolhimento. Tem como objetivo garantir espaços de construção de identidade e cidadania plena, ampliando as redes individuais de vínculos familiares e sociais protetivos.
- Programa Cidadania Ativa: investe em mobilização e engajamento de todos, com objetivo de energizar a sociedade para agir na superação dos seus desafios e promover o bem-estar social.
- Programa Desenvolvimento Local: investe na mobilização comunitária com o objetivo de transformar territórios gerando bases para uma cidade mais inclusiva, acolhedora, eficiente e sustentável.
- Programa Enfrentamento a Violência: investe na mitigação dos impactos das violências e no enfrentamento para romper os ciclos que as perpetuam com objetivo de promover o bem-estar e a cultura de respeito, empatia, tolerância e paz.
- Programa Fortalecimento de Vínculos: investe na qualificação de ações integradas de cultura, esportes e cidadania com o objetivo de prevenir o agravamento da vulnerabilidade social e reforçar os vínculos familiares e sociais protetivos.
- Programa Juventudes: investe na criação de espaços de participação e aprendizado social, autogeridos por jovens, com o intuito de incentivar a participação social propositiva e engajada com o desenvolvimento humano.
- Programa Mobilização para Autonomia: investe em soluções com o objetivo de assegurar a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. Se dedica a romper barreiras para que as pessoas com deficiência possam participar da sociedade e exercer plenamente seus direitos.
- Programa Qualificação da Gestão de OSC: investe para que organizações da sociedade civil adotem boas práticas com objetivo de operarem de forma autônoma, com processos de gestão eficientes, conformidade, regularidade e, principalmente, impacto social significativo.

Parte dos recursos da FEAC é aplicada na execução de programas, projetos e ações de iniciativa própria, em alguns casos em parceria com outras instituições.

- Programa Educação: investe em projetos que contribuem para uma educação pública cada vez melhor, como pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade.
- Programa Primeira Infância em Foco: investe em esforços para promover o desenvolvimento da primeira infância com objetivo de assegurar que todas as crianças tenham desenvolvimento adequado à sua faixa etária.
- Prêmio FEAC de Jornalismo: Fomenta e reconhece a participação dos meios e profissionais de comunicação em abordar pautas sociais fornecendo para a sociedade informações para o pleno exercício da cidadania.

Doação em Espécie para entidades com objetivo de auxiliar eventualmente em situações pontuais emergenciais.

As operações necessárias para a realização da missão da Fundação são suportadas financeiramente por meio da gestão de seu patrimônio, sendo as principais fontes de recursos as participações correspondentes a 30% da fração ideal do Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi de Campinas - Empreendedor e 23% da fração ideal do Condomínio Civil do Power Center Campinas - Condomínio Comercial.

A Fundação possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, protocolado sob o nº 71000.062703/2017-26, conforme Portaria nº 307, de 29 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2018, com validade renovada e assegurada para o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Sumário das principais práticas contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Fundação segue as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) Aplicações financeiras: referem-se aos valores aplicados em letra financeira com prazos superiores a 90 dias a partir da data da aplicação e que não possuem previsão para resgate imediato ou devido aos títulos estarem sujeito a um significativo risco de mudança de valor.
- c) Recursos restritos: referem-se a patrocínios recebidos que se destinam única e exclusivamente ao atendimento de projetos e programas específicos à educação e ao prêmio FEAC de jornalismo. Esses valores são depositados em contas específicas e só podem ser utilizados para esse fim; por isso, são denominados como restritos. Relatórios de prestação de contas e de atividades realizadas são encaminhados aos patrocinadores desses projetos e programas regularmente.
- d) Alugueis a receber: os alugueis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para

- d) Alugueis a receber: os alugueis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos alugueis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- e) Atualização monetária de direitos e obrigações: os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.
- f) Propriedade para investimentos: é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. No reconhecimento inicial, a entidade avalia a propriedade para investimento pelo seu custo. A Fundação e sua controlada contabilizam a propriedade para investimento usando o método do custo menos depreciação pela vida útil estimada e menos redução ao valor recuperável.
- g) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é contabilizada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens e com base nas taxas de depreciação descritas na nota explicativa nº 6. Quando aplicável é efetuada provisão para redução ao valor de realização.
- h) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Fundação o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro de depreciação.
- i) Apuração do superávit: a apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto quanto às receitas decorrentes de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- j) Reconhecimento de receitas: a receita de doações é reconhecida pelo regime de caixa devido à incerteza de sua realização e espontaneidade do público contribuinte. As receitas de aluguel e participações em condomínios são reconhecidas pelo regime de competência.
- k) Instrumentos financeiros: os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação é parte das disposições contratuais do instrumento. A avaliação dos instrumentos financeiros é efetuada pelo seu valor de mercado, por se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- l) Imposto de renda, contribuição social e encargos sociais (INSS): a Fundação é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta da cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo o PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios está composta na nota explicativa nº 9.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	607	1.185
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>607</u>	<u>1.185</u>
Aplicações financeiras (a)	<u>86.049</u>	<u>78.400</u>
Circulante (a)	86.049	73.542
Não circulante (b)	-	4.858

a) Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras estão representadas por títulos fundos de investimentos diversificada em Multimercado. Esses fundos não possuem características de "equivalentes de caixa", devido ao nível de diversificação, liquidez e composição da carteira.

b) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras de longo prazo estão representadas por uma letra de arrendamento mercantil, remuneradas pela taxa de 103,2% da Certificado de Depósito Interbancário - CDI, as quais não apresentam liquidez imediata pois o resgate pode ser efetuado apenas a partir de 24 de janeiro de 2019.

4. ALUGUÉIS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas	3.807	3.213
Estacionamento Deck Park	598	290
Condomínio Civil do Power Center Campinas	78	66
Outros	13	55
Total de aluguéis a receber	<u>4.496</u>	<u>3.624</u>

A receita de aluguéis é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Estacionamento Deck Park (i)	5.113	4.148
Ampliação do Shopping Center Iguatemi (ii)	13.341	12.190
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi (iv)	17.568	16.218
Salas comerciais (iii)	1.107	1.253
Condomínio Civil do Power Center Campinas	789	712
Apartamentos e terrenos	183	111
Total	<u>38.101</u>	<u>34.632</u>

(i) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada no estacionamento do Shopping Center Iguatemi.

(ii) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada nas ampliações do Shopping Center Iguatemi concluídas em 2004 e 2015.

(iii) Receita referente ao aluguel das salas comerciais do prédio Complexo Andreta Campinas.

(iv) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada na locação dos espaços do Shopping Center Iguatemi Campinas

5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

<u>Custo</u>	<u>Terreno e glebas</u>	<u>Edifícios, construções e benfeitorias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.695	150.260	161.955
Adições	896	-	896
Baixas	-	(14.362)	(14.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.591	135.898	148.489
Adições	979	-	979
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>13.570</u>	<u>135.898</u>	<u>149.468</u>
<u>Depreciação</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(22.270)	(22.270)
Adições	-	(3.388)	(3.388)
Baixas	-	1.472	1.472
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(24.186)	(24.186)
Adições	-	(3.256)	(3.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	<u>(27.442)</u>	<u>(27.442)</u>
Valor contábil:			
Em 31 de dezembro de 2017	12.591	111.712	124.303
Em 31 de dezembro de 2018	13.570	108.456	122.026
Taxas anuais de depreciação - %	-	2,50 a 5,0	-

(i) Gleba Sede

Parte substancial dos investimentos na Gleba Sede refere-se a áreas remanescentes correspondentes a 1.562.581,88 m², sendo a área comercializável de 709.343,56 m² e o restante de 853.238,32 m² refere-se a áreas verdes que por questões ambientais deverão ser preservadas.

(ii) Gleba Invernada

Parte substancial dos investimentos na Gleba Invernada refere-se a áreas remanescentes comercializáveis correspondentes a 949.201,59 m².

(iii) Apartamentos

Em 31 de dezembro 2018, a Fundação conta com 81 unidades de apartamentos residenciais e vagas de garagens oriundos do seu desenvolvimento patrimonial ou doação, totalizando um investimento em imóveis de R\$18.205.

Os investimentos em urbanização envolvem gastos com infraestrutura (construções de ruas, sistema de distribuição de energia elétrica, de água e esgoto, dentre outros) realizados em parte da Fazenda Brandina, relativa a áreas com projetos de comercialização em andamento e áreas a serem comercializadas. Os investimentos em infraestrutura são necessários para efetiva realização do desenvolvimento patrimonial e são amortizados contabilmente quando da finalização dos empreendimentos desenvolvidos, quitação financeira e efetivo registro em Cartório dos Imóveis incorporados ao Patrimônio da Fundação.

A Fundação analisou os valores venais dos bens e não foram identificados indícios de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Todos os imóveis da Fundação são vinculados ao patrimônio e precisam de aprovação do Ministério Público para sua realização, quando se trata de alienação ou permuta, a aprovação da venda inclui também a aprovação dos valores a serem praticados.

A Administração acompanha a avaliação do valor justo, inclusive as oscilações do preço de mercado referente as propriedades para investimento. O valor justo é superior ao custo amortizado nas datas das demonstrações financeiras.

Em 14 de dezembro de 2017, a FEAC emitiu uma escritura de dação em pagamento de 37 unidades de apartamentos residenciais no valor total de R\$25.981, com redução do saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo em 31 de dezembro de 2018 pelo mesmo montante, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As movimentações da propriedade para investimento e mútuo são como seguem:

	Propriedade para investimento	Mútuos	Ganho apurado na venda das propriedades para investimentos
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	139.685	73.469	-
Baixa do custo e valor da venda das propriedades para investimentos	(12.890)	(25.981)	(13.091)
Adições	896	-	-
Depreciação do exercício	(3.388)	-	-
Pagamento de mútuo no exercício	-	(8.989)	-
Pagamentos de juros sobre mútuo no exercício	-	(259)	-
Juros de mútuo do exercício	-	6.840	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	124.303	45.080	13.091

6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim representado:

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos	-	376	376
Edifícios, benfeitorias e instalações	2,5 a 5	939	939
Móveis, utensílios e equipamentos	7,5	1.519	1.389
Veículos	20	377	296
Imobilizado em andamento	-	-	7
		3.211	3.007
Depreciação acumulada		(1.749)	(1.641)
Total		1.462	1.366

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.007	(1.641)	1.366
Adições	353	(232)	121
Baixas	(149)	124	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.211	(1.749)	1.462

A Fundação realiza análise da capacidade de recuperação do ativo imobilizado e não existem indicativos de "impairment" dos ativos de longa duração.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente.

7. IESC - ENTORNO DO SHOPPING IGUATEMI

O IESC, conforme contrato de prestação de serviços datado de 20 de dezembro de 2004, efetua reembolsos parciais a FEAC referentes aos investimentos em infraestrutura realizados pela Fundação na Gleba Sede dentro da área denominada "Entorno do Shopping Iguatemi". As receitas líquidas proporcionais conforme definidas em contrato, geradas dentro deste perímetro, calculadas em 24,8% (80% de 31%), são destinadas ao IESC. Em 2018 o valor dessa receita foi de R\$124 (R\$204 em 2017).

8. CONTRATO DE MÚTUO - EXPANSÃO IESC

O IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas. Em 5 de abril de 2013, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos a expansão do empreendimento em 17.438 m² de Área Bruta Locável - ABL, no valor estimado de R\$235.000, que deveria ser inaugurada em novembro de 2014. Em função de atrasos na execução da obra a inauguração ocorreu em 30 de abril de 2015.

As coproprietárias financiaram as obras de expansão mencionadas anteriormente nos percentuais definidos pela AGE, sendo 70% do IESC e 30% da FEAC. Para custear os 30% da expansão, a FEAC autorizou o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas a reter mensalmente 10% da parcela do resultado do Condomínio que lhe é atribuído e firmou um contrato de mútuo com o IESC até o limite de R\$63.000, com juros de 100% do CDI mais 1% a.a., calculados pelo ano financeiro de 252 dias úteis "pro rata temporis" das datas dos efetivos desembolsos e de acordo com o avanço físico e financeiro da obra. Em agosto de 2015, houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI + 0,8% a.a., bem como foi realizado aporte pela FEAC para amortização no montante de R\$22. Em janeiro de 2017, houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI, e amortização de uma parcela fixa mensal no valor de R\$760. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, com o objetivo de amortizar o saldo devedor, em 14 de dezembro de 2017 a FEAC emitiu uma escritura de dação em pagamento de 37 unidades de apartamentos residenciais no valor total de R\$25.981, apurando um ganho na alienação no montante de R\$13.202.

O saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$38.400 (R\$45.080 em 2017) é amortizado mensalmente, mediante pagamento fixo de R\$760mil mensal, ou se a expansão vier a performar acima desse valor, a diferença deverá ser complementada.

9. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL - COTA PATRONAL

De acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Benéficas de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas sob o título de "Cota patronal - INSS", conforme informado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cota patronal INSS	1.118	1.168
Terceiros	325	333
SAT	112	115
Contribuintes	<u>13</u>	<u>32</u>
Total de cotas patronais	1.568	1.648
PIS sobre folha de pagamento (a)	<u>57</u>	<u>71</u>
Total	<u>1.625</u>	<u>1.719</u>

(a) A Fundação FEAC adotou a isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento com base em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário nº 636941/RS.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no Artigo 150 da Constituição Federal, a FEAC é imune ao imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Em 2 setembro de 2015, foi publicada a ITG 2002 (R1) informando que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

Apresentamos a seguir os valores dos tributos sobre os quais a Fundação é imune:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda	3.194	5.100
Contribuição social	<u>1.158</u>	<u>1.845</u>
Total	<u>4.352</u>	<u>6.945</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E GOVERNANÇA

A Fundação possui um Conselho Curador, constituído por 25 membros, sendo 20 com mandato vitalício e cinco com mandato de dois anos. Todos os conselheiros, necessariamente, são pessoas físicas e contribuintes da Fundação ou de Entidade Conveniada.

A Fundação possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por seis membros, sendo um Presidente e cinco Vice-Presidentes, todos eleitos pelo Conselho Curador e com mandato de dois anos.

O patrimônio social da Fundação é composto por: bens originados em sua formação e que mantêm financeiramente suas operações, por meio de aluguéis e participações em empreendimentos comerciais.

A demonstração do superávit ou déficit do exercício é aprovada em reunião do Conselho Curador e, após a sua aprovação, é efetuada sua transferência para o Patrimônio Social.

Em 2 de abril de 2018 o Conselho Curador aprovou a demonstração do superávit do exercício de 2017 sendo R\$22.095, o qual foi transferido para conta de reserva de patrimônio.

12. GRATUIDADE

De acordo com a Lei nº 12.101 em 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, para fazer jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, a Fundação deve realizar suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação foi reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Campinas, como entidade de assistência social de assessoramento, conforme Resolução CMAS 119/2012 publicada no Diário Oficial do Município de 31 de maio de 2012, nos termos do § 2º do Artigo 3º da Lei Federal nº 8.742/1993, incluído pela Lei Federal nº 12.435/2011, e como tal, presta assessoramento financeiro, técnico e administrativo, conforme previsto na Resolução CNAS nº 27/2011.

Atualmente, a FEAC encontra-se com a renovação da sua inscrição atualizada, por meio da Resolução nº 074, de 26 de junho de 2018, deferida pelo CMAS.

Ainda, de acordo com o Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, as ações das Entidades Beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração. Dessa forma, a Fundação assina anualmente com as entidades parceiras, o instrumento denominado Termo de Parceria, que estabelece as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para custeio de parte das operações necessárias à realização da missão estatutária dessas entidades.

Os recursos próprios foram empregados no assessoramento, estão organizados nos programas descritos a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Assessoramento técnico e administrativo		
Programa de qualificação da gestão de OSCs	3.669	10.209
	<u>3.669</u>	<u>10.209</u>
Programas Socioeducativos:		
Programas de Assistência Social	14.495	11.136
Total aplicado em gratuidade	<u>18.164</u>	<u>21.345</u>

A FEAC não recebe recursos públicos.

13. DESPESAS PATRIMONIAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas patrimoniais (a)	7.481	19.406
Despesas financeiras (b)	2.596	6.839
Total	<u>10.077</u>	<u>26.245</u>

- (a) Despesas patrimoniais: referem-se à manutenção da Fazenda Vila Brandina, dos apartamentos, amortização das benfeitorias, bem como despesas relacionadas à energia elétrica, cercas, roçagem de matos, condomínios, água, bem como empregados que fazem a manutenção e limpeza destes imóveis e custo na baixa de imóveis. Em 2017 houve a venda dos apartamentos para amortização do mútuo, o que gerou o custo de baixa dos imóveis, no valor de R\$12.980, e conseqüentemente um expressivo aumento nas despesas patrimoniais.
- (b) Despesas financeiras correspondem aos juros referente ao contrato de mútuo para ampliação do Shopping Iguatemi Campinas.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Fundação e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, não houve a necessidade de constituir provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, permanecendo o saldo de R\$229.

No andamento dos processos trabalhistas, não houve mudança na probabilidade de perda, conforme levantado pela Administração juntamente com seus assessores jurídicos, portanto, não há impacto nos valores já provisionados.

A Fundação tem ações de natureza civil, envolvendo risco de perda, classificados pelos respectivos advogados como possíveis, no montante de R\$371, para os quais não há provisão constituída.

15. SEGUROS

A Fundação mantém apólices de seguro para cobertura de riscos operacionais em valores considerados suficientes para o fim a que se destinam.

Ativos	Vigência	Risco coberto	2018	2017
Prédios e conteúdos	2018/2019	Incêndio	3.013	2.004
Veículos	2018/2019	Colisão e terceiros	17.717	1.290
Acidentes pessoais e indenização especial por acidentes (seguro de vida funcionários)	2019	Danos pessoais	24 vezes o salário do funcionário	

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Fundação não opera com instrumentos financeiros de risco. Os ativos e passivos com características de instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, aluguéis a receber e saldos em caixa e bancos representam transações efetuadas com base em condições normais de mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.

- ii) Aluguéis a receber: Os alugueis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos alugueis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- iii) Contrato de mútuo - expansão IESC: comentados e apresentados na nota explicativa nº 8.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de crédito: esse risco advém de a possibilidade da Fundação não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Fundação monitora os fatores de risco por meio de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Análise de sensibilidade taxa de juros

A análise leva em consideração as variações da taxa de juros que impactam os ganhos e perdas no resultado do exercício em diferentes cenários. A seguir demonstramos os saldos que são impactados pela variação na taxa de juros:

Descrição	Valor em 31/12/2018	Impacto no cenário provável	Impacto no cenário possível		Impacto no cenário remoto	
			25%	(25%)	50%	(50%)
			Instrumentos financeiros ativos - CDI	607	39	49
Instrumentos financeiros ativos - IPCA	86.049	3.227	4.034	2.420	4.840	1.613
Instrumentos financeiros passivos - CDI	(38,400)	(2.465)	(3.082)	(1.849)	(3.698)	(1.233)
Efeito da (perda) ganho na operação		801	1.001	600	1.201	400

Para o cenário provável, foram utilizadas estimativas futuras da taxa do CDI e IPCA, divulgadas por instituições financeiras. A taxa média demonstrada foi apurada levando em consideração os prazos estimados de realização do instrumento financeiro anteriormente relacionado.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 1º de abril de 2019.